

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 – EM MILHARES DE REAIS

1. Contexto Operacional

O PORTUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e prazo de duração indeterminado, regido pelas Leis Complementares n.ºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Os patrocinadores listados a seguir são entidades que se dedicam às atividades portuárias, marítimas ou hidroviárias, ou que a elas se vinculem, e pelo próprio PORTUS.

São Patrocinadores:

Patrocinador	CNPJ
PORTUS-Instituto de Seguridade Social	29.994.266/0001-89
CODOMAR-Companhia Docas do Maranhão	06.347.892/0001-88
CDC-Companhia Docas do Ceará	07.223.670/0001-16
CODERN-Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34.040.345/0001-90
CODEBA-Companhia Docas do Estado da Bahia	14.372.148/0001-61
CDP-Companhia Docas do Pará	04.933.552/0001-03
CDRJ-Companhia Docas do Rio de Janeiro	42.266.890/0001-28
Porto do Recife S/A	04.417.870/0001-11
DOCAS PB-Companhia Docas da Paraíba	02.343.132/0001-41
CODESA-Companhia Docas do Espírito Santo	27.316.538/0001-66
SNPH-Soc.de Navegação Portos e Hidr.do Estado do Amazonas	01.253.690/0001-53
CODESP-Companhia Docas do Estado de São Paulo	44.837.524/0001-07
SPI-Superintendência do Porto de Itajaí	00.662.091/0001-20
EMAP-Empresa Maranhense de Administração	03.650.060/0001-48

Os recursos que o Instituto dispõe são representados por contribuições das patrocinadoras, dos participantes, assistidos e pensionistas, de forma paritária e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, direcionados pela Política de Investimento e conformidades aos quesitos da Resolução CMN n.º. 3.792/2009 de 24 de setembro de 2009.

2. Planos de Benefícios

O Plano de Benefícios é multipatrocinado na modalidade de “Benefício Definido” e tem por objetivo complementar o valor dos benefícios concedidos pela Previdência Social Oficial, em conformidade com os dispositivos do Regulamento, aprovado pela Secretaria de Previdência Social, mediante o Ofício n.º 900/SPC/DETEC/CGAT, de 22/08/2005, está inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o n.º 19.780.005-29.

O Instituto administra um Plano Único, sua estrutura de gestão de investimento na modalidade “Unifundo”, efetuada internamente, pelo próprio.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05/07/2002, e Resolução CGPC nº. 23, de 06/12/2006, expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS através da Secretaria da Previdência Complementar - SPC, divulgadas em milhares de reais comparadas com o exercício anterior.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração de Resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência, da mesma forma os rendimentos como bonificação, dividendos e juros sobre o capital próprio.

b) Investimentos

b.1) Segmento de Renda Fixa

- Os títulos de renda fixa estão registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4/2002. O ágio e deságio na aquisição são amortizados *pro rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.
- Títulos para negociação - Avaliado pelo valor de mercado, a valorização /desvalorização apurada em relação ao critério "*pró rata dia*" foram registradas e apropriados em conta de resultado, como ajuste a valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pró-rata* dia até a data do balanço e apropriados diretamente ao resultado.

O ágio e deságio ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e amortizados, mensalmente, à despesa ou receita *pró-rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

b.2) Segmento de Renda Variável

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagens. Com base na RES/CGPC 25, de 30/06/08 o critério foi alterado para a cotação de fechamento, em que o título tenha sido negociado na BOVESPA, em que tenha alcançado maior liquidez. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado e a cotação de fechamento, é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

As ações não negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado, ou valor de custo, dos dois o menor.

Os investimentos relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço.

b.3) Segmento Imobiliário

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com prazo de vida útil remanescente constante no laudo da avaliação.

Os imóveis são reavaliados, periodicamente, de acordo com a legislação vigente, Resolução CMN nº. 3.792 de 24 de setembro de 2009 e Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

b.4) Operações com Participantes

Empréstimos simples - valor principal acrescido dos encargos financeiros, sempre superiores ao índice da meta atuarial.

Financiamentos Imobiliários – carteira fechada, apresentando saldo remanescente, atualizado conforme os reajustes salariais, promovidos pelas patrocinadoras.

c) Ativo Permanente

Imobilizado - bens registrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Anexo E, da Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

d) Custeio Administrativo

O registro das despesas administrativas é realizado por meio de sistema de alocação direta e identificado por centros de custos.

e) Provisão de Férias e 13º Salário

São constituídas com base na fração de 1/12 dos salários brutos, acrescidos dos encargos trabalhistas e sociais.

f) Provisões Passivas

As provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais, valores estimados com base na avaliação da Coordenadoria Jurídica Interna, efetuada sobre as bases dos dados fornecidos pelos escritórios advocatícios terceirizados.

Ação Fiscal e Tributária – O valor recolhido a maior de Imposto de Renda na Fonte, sob os preceitos legais da Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, foi compensado com outros débitos tributários. A Receita Federal indeferiu administrativamente a compensação, negando a restituição do valor pago indevido. Assessorado pela Martinelli

Advocacia Empresarial, o PORTUS interpôs sua Manifestação de Inconformidade, apresentando em sua defesa extensa doutrina e jurisprudência. Os advogados entendem como provável a chance de êxito, dispensando a necessidade de provisionamento.

5. Realizável – Programa Previdencial

5.1 Recursos a Receber

Descrição	Exercícios findos em 31/12/09	Exercícios findos Em 31/12/08
Contribuições	204.942	186.069
Normais do mês	3.486	3.110
Extraordinárias do mês	5	4
Contratadas	201.451	182.955
Contribuições em atraso	972.924	816.762
Normais	964.818	809.449
Extraordinárias Ano 2001	8.106	7.313
Outros recursos a receber	212.539	195.109
Créditos com a PORTOBRÁS	197.246	178.728
Abono a recuperar	15.163	16.160
Recuperação de CPMF	-	91
Depósito Judicial	130	130
Subtotal – R\$ mil	1.390.405	1.197.940
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Contribuições normais em atraso	(962.900)	(805.188)
Contribuições extraordinárias	(8.106)	(7.313)
Contribuições contratadas	(38.330)	(31.933)
Créditos com a PORTOBRÁS	(197.246)	(178.728)
Subtotal – R\$ mil	(1.206.582)	(1.023.162)
Total – R\$ mil	183.823	174.778

As provisões para créditos duvidosos são constituídas em consonância a Resolução CGPC nº 5, de 30/01/2002 e posteriores alterações, equivante a 86,78% e 85,41% do total de credito a receber, nos exercicios de 2009 e 2008, respectivamente.

Demonstrativo da Composição Consolidada das Contribuições em Atraso

Descrição	Exercícios findos em 31/12/09	Exercícios findos em 31/12/08
Patrocinadores		
Sociedade de Navegação Portos e Hid. do Est. Amazonas	910	715
Porto do Recife	62	-
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	94	71
Companhia Docas do Pará	26.434	22.754
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	-	2
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	75	66
Administração das Hidrovias do Nordeste	1	-
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	62.646	54.308
Companhia docas da Paraíba	107	113

Descrição Patrocinadores	Exercícios findos em 31/12/09	Exercícios findos em 31/12/08
Administração do Porto de Maceió	902	459
Companhia Docas do Estado da Bahia	7.144	4.972
Administração das Hidrovias do São Francisco	113	86
Companhia Docas do Rio de Janeiro	245.428	199.181
Companhia Docas do Ceará	449	321
Companhia Docas do Espírito Santo	117.907	100.443
Companhia Docas do Estado de São Paulo	462.945	392.515
Superintendência do Porto de Itajaí	498	302
Administração do Porto Fluvial de Estrela	56	43
Administração da Hidrovia do Paraná	42	38
Administração da Hidrovia Ahsul	61	18
Administração da Hidrovia do Paraguai	20	9
Companhia Docas do Maranhão	38.924	33.033
Subtotal (I)	964.818	809.449
(-) Provisão para Devedores Duvidosos		
Sociedade de Navegação Portos e Hid. do Est. Amazonas	882	703
Porto do Recife S/A	37	-
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	92	71
Companhia Docas do Pará	26.427	22.754
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	-	2
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	75	51
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	62.605	52.563
Companhia Docas da Paraíba	107	-
Administração do Porto de Maceió	759	384
Companhia Docas do Estado da Bahia	7.008	4.270
Administração das Hidrovias do São Francisco	111	71
Companhia Docas do Rio de Janeiro	244.437	198.051
Companhia Docas do Ceará	448	321
Companhia Docas do Espírito Santo	117.880	100.410
Companhia Docas do Estado de São Paulo	462.639	392.281
Superintendência do Porto de Itajaí	482	302
Administração da Hidrovia do Paraná	41	2
Administração das Hidrovias do Sul	54	3
Administração do Porto Fluvial Estrela	54	5
Administração das Hidrovias do Paraguai	17	2
Cia Docas do Maranhão	38.746	32.942
Subtotal (II)	(962.900)	(805.188)
Total (I + II)	1.918	4.261

- Neste exercício efetuamos notificações extrajudiciais as Patrocinadoras, a fim de formalizar instrumento de parcelamento das dívidas de contribuição, conforme Resolução CGPC nº17 de 11 de junho de 1996.

Os valores apresentados foram objeto da proposta de equacionamento do Plano, definida em conjunto com o grupo Interministerial, formado para discussão do Processo de Transição Portus.

Demonstrativo da Composição Consolidada das Contribuições CONTRATADAS

Patrocinadores	Exercícios findos em 31/12/09	Exercícios findos em 31/12/08
Companhia Docas do Rio de Janeiro	143.478	130.445
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	18.574	16.820
Companhia Docas do Pará	78	78
Companhia Docas da Paraíba	109	99
Companhia Docas do Estado de São Paulo	39.212	35.513
Subtotal (I)	201.451	182.955

Patrocinadores	Exercícios findos em 31/12/09	Exercícios findos em 31/12/08
(-) Provisão para Devedores Duvidosos		
Companhia Docas do Rio de Janeiro	(16.505)	(14.931)
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	(18.574)	(16.820)
CDP-Cia. Docas do Pará	(78)	-
Companhia Docas do Estado de São Paulo	(3.064)	(83)
Companhia Docas da Paraíba	(109)	(99)
Subtotal (II)	(38.330)	(31.933)
Total (I + II)	163.121	151.022

6. Realizável – Programa de Investimentos

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

Descrição	Exercícios Findos em 31/12/09	Exercícios findos em 31/12/08
Renda Fixa	100.466	127.334
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	18.450	16.011
Aplicações em Instituições Financeiras	74.790	102.244
Títulos de Empresas	7.226	9.079
Renda Variável	83.209	76.134
Mercado de Ações	63.082	70.319
Mercado de Opções	8.006	-
Fundos de Investimentos	12.121	5.815
Investimentos Imobiliários	60.042	72.212
Edificações para Uso	3.002	3.111
Edificações para renda	39.776	50.330
Shopping Center	11.278	11.806
Créditos a receber (alienações)	4.898	5.790
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.088	1.175
Operações com Participantes	11.158	17.212
Empréstimos	11.157	17.208
Financiamentos Imobiliários	1	4
Outros Realizáveis	8.516	-
Valores a Receber	8.516	-
Programa de Investimentos	263.391	292.892

Aplicações em Instituições Financeiras

- Aplicados no Banco do Brasil, Banco Itaú e Bradesco – Fundo de Investimento em Renda Fixa.

6.1 Renda Fixa

Em 31 de dezembro de 2009 a Entidade possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários, na carteira própria e nos fundos de investimentos exclusivos:

6.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

31/12/09

Por vencimento: Títulos	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total Título
Debêntures não conversíveis	-	7.226	-	-	-	7.226
DPGE Bco Panamericano		10.695				10.695
Total – R\$ mil		17.921	-	-	-	17.921

6.1.2 Títulos para negociação

31/12/09

Por vencimento: Títulos Privados	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total Título
Quotas de FIF – Renda Fixa	64.095	-	-	-	-	64.095
Total – R\$ mil	64.095	-	-	-	-	64.095
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	18.450	-	-	-		18.450
Total – R\$ mil	18.450	-	-	-		18.450

Os Títulos acima mencionados estão precificados, consoante os quesitos estabelecidos Resolução/CGPC 04/2002.

Para maior transparência e rentabilidade das aplicações em Renda Fixa, prosseguimos com a política adotada no exercício anterior realizando todas as operações pertinentes, através da Plataforma Eletrônica Cetip-Net, para as negociações de títulos de renda fixa, compartilhando com a recomendação da Secretaria de Previdência Complementar (Resolução CGPC nº 21, de 25/09/2006).

6.2 Renda Variável

Carteira composta por títulos adquiridos no mercado acionário e participação.

Composição	31.12.09	31.12.08
Ações – A vista		
Custo	53.410	63.718
Varição Mercado	9.637	(2.505)
Mercado de Opções		
Custo	8.662	-
(-) Prêmio	(657)	-
Total (1)	71.052	61.213
Fundos de Investimentos		
Máxima Special FIA	12.121	5.815
Total (2)	12.121	5.815
Valores a receber	36	9.090
Geral	83.209	76.118

Valores a receber – Nesta rubrica estão contabilizados os juros sobre capital próprio a receber.

6.3 Investimento Imobiliário

Descrição	31.12.09	31.12.08
Edificação para Uso	3.002	3.111
Edificação para Renda	39.776	50.330
Shopping Center	11.278	11.806
Alienações de Imóveis	4.898	5.790
Fundo de Investimento	1.088	1.175
Total	60.042	72.212

6.3.1 Imóveis para Uso Próprio

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Rua Liberdade, 41	Santos/SP	Casa	311	315
Centro Empresarial de Brasília / DF	Brasília/DF	Sala	-	86
Vitória	Vitória/ES	Salas	21	24
Edifício M.O.Center	Fortaleza/CE	Sala	46	46
Edifício São Bento 8	Rua São Bento, 8	7º andar	2.624	2.640
Total – R\$ mil			3.002	3.111

Os imóveis estão segurados por montante adequado para eventuais coberturas de sinistros.

6.3.2 Imóveis para Renda

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Edifício Argentina	1 andar	Rio de Janeiro/RJ	8.238	16.842
Edifício Nove de Julho	39 vagas	Rio de Janeiro/RJ	1.183	2.418
Edifício Garagem S.B.	11 vagas	Rio de Janeiro/RJ	128	132
Edifício RB1	2 andares	Rio de Janeiro/RJ	18.707	19.000
Edifício Coliseu	Sala	Porto Alegre/RS	32	33
Edifício São Bento 8	2 andares	Rio de Janeiro/RJ	5.248	5.280
Edifício Barra Trade II	24 salas	Rio de Janeiro/RJ	5.878	5.986
Subtotal – R\$ mil			39.414	49.691
Aluguéis a Receber	Diversos	Diversos	342	608
Valores a Recuperar	Diversos	Diversos	14	25
Depósito Judicial			6	6
Subtotal – R\$ mil			362	639
Total			39.776	50.330

Os valores a recuperar referem-se a IPTU, aluguéis atrasados, depósitos judiciais, e outros pendentes, aguardando desfecho de cobranças judiciais.

Os imóveis estão segurados por apólices, com valor adequado para eventuais coberturas de sinistros, os custos são repassados aos locatários.

6.3.3 Investimentos em Shopping Center

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Conjunto Nacional Brasília	-	Brasília/DF	11.278	11.806
Total – R\$ mil			11.278	11.806

6.3.4 Fundo de Investimento

6.3.4.1 Fundo de Investimento Imobiliário Geo Guararapes

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Fundo de Investimento Geo Guararapes	1.088	1.175
Total – R\$ mil	1.088	1.175

6.3.5 Valores a Receber por Alienação

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Terreno da Rua Equador, 43 – Em cobrança judicial	8.476	8.476
Edifício Coliseu/RS, salas 2301 à 2304, 2307 e 2308	77	77
Edifício Santos Dumont	-	220
Edifício Argentina 12º andar	4.882	5.570
Edifício 9 de Julho – 01 vaga	16	-
Prédio da Praça Mauá nº 10 – Ação de retomada	7.288	6.804
Valores a Receber – R\$ mil	20.739	21.147
Provisão para devedores duvidosos		
Terreno da Rua Equador, 43 – Em cobrança judicial	(8.476)	(8.476)
Edifício Coliseu/RS, salas 2301 à 2304, 2307 e 2308	(77)	(77)
Prédio da Praça Mauá nº 10	(7.288)	(6.804)
Valores Provisionados – R\$ mil	(15.841)	(15.357)
Total – R\$ mil	4.898	5.790

7. Provisão para perdas com Investimentos

7.1 Investimentos em empresas sob regimes especiais

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Renda Fixa	51.150	51.150
Títulos do Governo Federal	8.785	8.785
Título da Dívida Agrária	8.785	8.785
Títulos do Governo Estadual	13.155	13.155
Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas	13.155	13.155
Títulos de Empresas	29.210	29.210
Debêntures Conversíveis	4.527	4.527
Nova América S/A	4.527	4.527
Debêntures Conversíveis	24.683	24.683
Máster	24.683	24.683
Renda Variável	3.055	3.055
Máster S/A	3.055	3.055
Investimentos Imobiliários	1.853	1.853
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.853	1.853
Máster S/A	1.853	1.853
Total – R\$ mil	56.058	56.058

7.2 Provisão para Devedores Duvidosos – Créditos de difícil liquidação

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Investimentos Imobiliários		
Direitos em Alienações	15.841	15.357
Vigo Empreendimentos Imobiliários	8.476	8.476
Olavo Wilmar Wentz	9	9
Francioni do Brasil Importadora Ltda.	29	29
Jesse Nilson Pinto Parodia	39	39
Prédio da Praça Mauá nº 10	7.288	6.804
Total – R\$ mil	15.841	15.357

Os ativos provisionados para perda estão com processos judiciais em andamento, não havendo decisão definitiva a ser cumprida, estando sob monitoramento da Gerência jurídica.

8. Contingências Previdenciais, Administrativas e Investimentos:

Foram constituídas previsões, deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais, para absorver perdas consideradas prováveis, em função de ações ajuizadas contra o Portus, essas constituições foram elaboradas pela Área Jurídica do Instituto, assessorada pelos escritórios externos, nos seguintes montantes:

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Contingências		
Previdenciais	27.286	15.357
Administrativas	5.891	8.476
Investimentos	685	9
Total – R\$ mil	33.862	15.357

9. Exigível Atuarial

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício são constituídas com base na avaliação atuarial, mediante dados cadastrais de 31/12/2009.

Na avaliação atuarial foi adotado o Regime Financeiro de Capitalização, para avaliação dos encargos e receitas, em consonância com a Legislação aplicável e métodos atuariais internacionalmente aceitos:

Capitalização pelo Método Agregado: Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Pecúlio por Morte de Participantes Assistidos, Suplementação de Pensão por Morte de Participantes Assistidos, Pecúlio por Morte de Participantes Ativos, Suplementação de Auxílio-Doença, Suplementação de Auxílio-Reclusão, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Suplementação de Pensão por Morte de Participantes Ativos.

Por não ter sido considerado a hipótese de desligamento, os encargos relativos aos Institutos de Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido e Resgate estão contidos nos encargos de aposentadoria programada.

Premissas Atuariais:

- Taxa Real Anual de Juros: 6%(seis por cento);
- Conforme estudos realizados sobre a Política de Recursos Humanos adotadas pelas Patrocinadoras, foram adotados os seguintes índices de crescimento real de salários por Patrocinador:

Portobrás: 0,00% a. a.; Portus: 0,32% a. a.;CODOMAR:1,71% a. a.; CDC:1,84% a. a.; CODERN: 2,51% a. a.;CODEBA: 2,00% a. a.;CDP: 2,88% a. a.;CDRJ: 1,98% a. a.; PR:1,22% a.a.;DOCAS-PB: 1,00% a.a.;CODESA: 2,00% a.a.;CODESP: 2,52% a. a.; SPI: 2,00% a. a.;EMAP: 1,00% a. a.; e SNPH: 0,75% a. a..

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: 0,986739 - Pressuposição de inflação anual média de 2,5%;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983 conforme disposto na resolução CGPC nº18/2006;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Experiência CESAT;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Experiência PBP1 anos 1998 e 2000 a 2008;
- Desligamento do Plano: Nula;
- Tábua Biométrica de Morbidez: Experiência PBP1 anos 1998 a 2007;
- Tábua de Herdeiros: Experiência PBP1 anos 1998 a 2007;
- Outras Hipóteses não referidas anteriormente: -
- Recomposição salarial: O Salário-Pleno correspondente ao salário do participante ativo, do PBP1 ajustado de toda a inflação acumulada no período compreendido entre última data-base de reajuste geral de salários das Patrocinadoras e a data em que está sendo processada a Avaliação Atuarial. Para a determinação do salário-pleno, foram aplicados aos salários informados para cada patrocinadora a variação dos seguintes índices:

INPC - PORTOBRÁS, PORTUS, PORTO DO RECIFE S/A, DOCAS-PB, SPI, CDP , e SNPH.

IPCA - CODOMAR, CDC, CODEBA, CDRJ, CODESA, CODERN e CODESP.

IGPM – EMAP

Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Benefícios Concedidos	1.398.443	1.234.631
Benefícios do Plano	1.514.708	1.442.218
(-) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios	(55.408)	(101.422)
(-) Outras Contribuições Geração Atual	(60.857)	(106.165)
Benefícios a Conceder	933.522	719.536
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.181.256	987.049
Benefício Definido	1.181.256	987.049
(-) Contrib. Patrocinador(es) de Benefícios da Geração Atual	(56.426)	(58.255)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(191.308)	(209.258)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(178.254)	(172.824)
(-) Serviço Passado	(178.254)	(172.824)
Exigível Atuarial – R\$ mil	2.153.711	1.781.343

10. Fundos

A evolução ocorrida no Fundo Administrativo, Fundo de Investimentos, está demonstrada a seguir:

No ano de 2008 foi constituído o Fundo Previdencial no valor de R\$ 7.067 mil, posição atual do fundo em 31/12/2009 é R\$ 7.762 mil, cuja origem refere-se ao fator previdenciário sobre aposentadorias concedidas, a qual estamos aguardando decisão judicial.

Mutação do Período	Fundo Administrativo	Fundo Investimentos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	14.309	2.462	16.771
Resultado dos investimentos do Fundo	2.770	543	3.313
Conversão para cobertura de perda	482	(253)	229
(Reversão) Formação de Fundos	(3.451)	235	(3.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.110	2.987	17.097
Saldos em 01 de janeiro de 2008	20.383	2.275	22.658
Resultado dos investimentos do Fundo	495	(290)	205
Conversão para cobertura de perda	368	108	476
(Reversão) Formação de Fundos	(6.937)	369	(6.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	14.309	2.462	16.771

a) Programa Administrativo

O Fundo do Programa Administrativo tem por finalidade suprir os gastos excedentes relativos ao custeio administrativo, atualizado com base no percentual médio de ganhos ou perdas obtidos nos investimentos do Portus. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do programa e revertido pelo valor excedente apurado.

b) Programa de Investimento

O Fundo do Programa de Investimento é constituído pela taxa TQM cobrada na concessão de empréstimo, estabelecidos nos regulamentos em vigor. Destina-se à quitação dessas operações em caso de morte do mutuário.

11. Custeio Administrativo

Na Demonstração de Resultados de Exercício do programa previdencial, o item “Custeio Administrativo” representa o valor líquido das importâncias transferidas ao Programa Administrativo para cobertura de suas respectivas despesas.

As despesas administrativas alcançaram no exercício o valor de R\$ 10.512 mil sendo, R\$ 9.645 mil de Administração Previdencial e R\$ 867 mil de Administração de Investimento correspondente a R\$ 3.451 mil de excedente, que representam 21,40% do custeio administrativo. O excedente de 6,40% sobre o limite permitido foi revertido do Fundo Administrativo.

O Portus não se utilizou até este exercício das despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos, cujo valor poderia ser custeadas pelo Programa de Investimento, por meio de transferências interprogramas.

Cabe ressaltar, que a insuficiência para cobertura das despesas com a estrutura atual do PORTUS originou-se pela redução das receitas, ocasionadas pela redução progressiva da massa de participantes no sistema. Apresentamos abaixo quadro pertinente:

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Despesas Administrativas	(10.512)	(13.742)
Administração Previdencial	(9.645)	(11.620)
Administração de Investimentos	(867)	(2.122)
Constituição/Reversão – Contingência	174	368
Recursos Oriundos de outros programas	7.369	6.805
Sobrecarga administrativa líquida	(2.969)	(6.569)
Resultado dos Investimentos Administrativos	2.770	495
(Reversão) Constituição do Fundo	(199)	(6.074)

Neste contexto, o limite das despesas, apurado ainda com base no Art. 42 da Resolução MPAS CPC nº 01/78, superou as receitas transferidas pelo programa previdencial. Contudo, essa insuficiência foi coberta por reversão, no mesmo valor, do Fundo Administrativo, conforme preceitua o item IV.2.3 da Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002.

12. Resultado do Exercício

Formação	Exercícios findos em 31/12/2009	Exercícios findos em 31/12/2008
Resultado do Programa de Investimentos	56.304	15.772
Resultado do Programa Previdencial	(59.842)	151.340
Resultado do Programa Administrativo	(10.338)	(13.374)
Total	(13.876)	153.738
(-) Constituições de Provisões Matemáticas	(372.368)	(261.314)
(-) Constituição/Reversão/Contingência	(19.999)	(11.112)
(+) Reversão do Fundo Administrativo	199	6.074
(-) Constituição do Fundo de Investimentos	(525)	(187)
(-) Constituição Fundo Previdencial	(695)	(7.067)
Déficit do Exercício – R\$ mil	(407.264)	(119.868)
Resultado acumulado até o exercício anterior	(1.346.653)	(1.226.785)
Resultado Acumulado – R\$ mil	(1.753.917)	(1.346.653)

Fator mais relevante que influenciou o resultado do exercício:

Provisão Matemática	(372.368)
---------------------	-----------

Equacionamento do Déficit Atuarial:

Conforme Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2009, elaborada pela CESAT Consultoria Estatístico Atuarial Ltda, para “*para restaurar o equilíbrio econômico-atuarial do PBP1, não há necessidade de revisão das Contribuições Normais, sendo necessário, entretanto, a cobrança e pagamento de Contribuições em atraso, pelas Patrocinadoras e ajustes da Reserva de Tempo de Serviço Anterior, as quais poderão ser reduzidas em caso*”

de êxito da Ação Judicial contra a União em face da cobrança de contribuição de retirada de Patrocínio da Portobrás”.

13. Transferências Interprogramas

A Fundação Portus opera os seguintes programas: Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002, que podem ser assim resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica “Resultados Transferidos para outros Programas, corresponde ao resultado líquido dos investimentos, que é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do Fundo Administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.
- Na demonstração do resultado do Programa Administrativo, o valor referente à rubrica “Recursos oriundos de Outros Programas” corresponde ao Custeio Administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica “Recursos transferidos para Outros Programas”, refere-se aos recursos transferidos do Fundo Administrativo para cobertura de insuficiência do Custeio Administrativo.

14. Outras Informações

a) Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade, observando o que dispõe sua Política Anual de Investimentos, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Eduardo Celso de Araújo Marinho
Diretor-Presidente
CPF: 036.165.257-72

Alberto Higino de Camargo Assis
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 017.974.628-65

José Camilo de Faria
Diretor de Seguridade
CPF: 544.529.537-00

Renato de Almeida Faria
Contador
CRC-RJ-099884/P-4/CPF: 618.156.167-68